

HABEAS CORPUS Nº 513.654 - SC (2019/0160181-9)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
RENATA MOURA TUPINAMBÁ - RJ196895
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : RAFAEL JOSE GOETTEN (PRESO)

DECISÃO

RAFAEL JOSÉ GOETTEN – preso por força de conversão do flagrante em preventiva pela suposta prática do delito do art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006 – alega sofrer constrangimento ilegal diante do acórdão do **Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina** no HC n. 4012104-49.2019.8.24.0000.

Requer, inclusive liminarmente, a revogação da prisão preventiva por inexistência de demonstração dos requisitos previstos no art. 312 do CPP.

Em análise perfunctória – inerente a esta fase processual –, anoto que o Juízo de primeira instância, ao convolar o flagrante em prisão preventiva, além dos indícios de autoria e materialidade, destacou:

[...] II) Inicialmente, constato que há prova da materialidade e indícios suficientes da autoria delitiva, consubstanciado no relato da vítima e dos policiais que atenderam a ocorrência, os quais, de modo uniforme, relataram os fatos imputando-os aos conduzido. Referente aos elementos constantes do art. 313 do Código de Processo Penal, verifico a configuração do requisito objetivo, porquanto a pena do delito imputado ao agente ultrapassa 4 anos. Ademais, verifico a presença dos pressupostos elencados no art. 312 do CPP, pois entendo que o fato narrado no presente auto de prisão em flagrante representa abalo à ordem pública, à vista dos nefastos efeitos da narcotraficância à sociedade em geral. **Registro que a droga localizada em poder do conduzido foi**

apreendida em quantidade significativa, denotando, em tese, a destinação comercial da mesma, reforçando o abalo que a conduta praticada pelo conduzido representa à incolumidade pública, porquanto serviria para abastecimento do comércio proscrito de entorpecentes nesta cidade. Com efeito, os elementos de informação carreados aos autos até o presente momento dão conta de que, na data de ontem, o conduzido **Rafael José Goetten** foi abordado pela Polícia Civil logo após ter comercializado aos usuários de entorpecentes **Maurício Cristian Goetten e Liliana Aparecida de Souza** aproximadamente 15 (quinze) gramas da substância estupefaciente popularmente conhecida como "maconha", o que teria feito, em tese, pela quantia de **R\$ 100,00 (cem reais)**. Abordados pelos policiais civis, **Maurício e Liliana** confirmaram que teriam adquirido o entorpecente do conduzido, acrescentando, ainda, que teriam "combinado" a entrega da droga por meio do aplicativo de mensagens instantâneas **WhatsApp**. Abordado posteriormente, o conduzido **Rafael** confirmou aos policiais que teria "escondido" grande quantidade de entorpecentes em uma região de mata situada a aproximadamente 500 (quinhentos) metros de sua residência, e, em buscas no local, os agentes lograram localizar e apreender, com efeito, cerca de 435 (quatrocentas e trinta e cinco) gramas de "maconha", tudo em conformidade com o auto de exibição e apreensão de fl. 11, além de duas balanças de precisão e um rolo de "papel manteiga", que, como é cediço, são comumente utilizados no processo de preparação de entorpecentes para a comercialização. Como se vê, a grande quantidade de estupefacientes em tese localizada em poder do conduzido, em cotejo com os demais elementos de informação que instruem o procedimento administrativo - sobretudo o relatório de informação policial de fls. 22-23, dando conta de que a Polícia Civil já havia recebido informações de que o conduzido seria useiro e vezeiro na traficância de drogas, dão claros indícios, ao menos numa análise perfunctória, de que **Rafael** seria pessoa fortemente imiscuída na prática do comércio proscrito de drogas. Não se olvide, ademais, o teor do depoimento prestado por testemunha protegida à autoridade policial, à fl. 20 dos autos, segundo a qual"(...) **Rafael** faz entrega de drogas na cidade; que sabe que **Rafael** está vivendo da venda de droga; que **Rafael** foi até

a casa do parente do depoente para fazer a entrega da droga; que sabe que Rafael vende drogas para vários usuários da cidade; que Rafael é quem fornece droga para o parente do depoente (...)". Assim, ao que tudo indica, é de amplo conhecimento na Comarca de Santa Cecília/SC que o conduzido supostamente comercializa entorpecentes, o que faz, aliás, ao que parece, com certa habitualidade, inclusive fazendo da prática delitiva seu meio de vida. Desta forma, tenho por suficientemente demonstrado, no caso em testilha, o risco concreto de eventual manutenção do indiciado em liberdade, uma vez que deixá-lo solto significaria permitir que prosseguisse na prática delitiva. Presente, pois, *periculum libertatis*, e a necessidade de manutenção da custódia cautelar do conduzido (fls. 129-130, detaquei).

Tais circunstâncias evidenciam, à primeira vista, o *periculum libertatis*, a ensejar, por conseguinte, a manutenção da custódia cautelar para a **garantia da ordem pública**, além de inviabilizar a substituição da prisão por medidas diversas.

À vista do exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações à autoridade coatora e ao Juízo de primeiro grau, cuja resposta deverá ser remetida **via malote digital**.

Em seguida, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**